



21 e 22
Junho de
2021

Relatório e Memórias

VIII ENCONTRO NACIONAL DE SIGNATÁRIAS

TEMA: GOVERNANÇA

REALIZAÇÃO:



APOIO:



EXPEDIENTE

COMITÊ FACILITADOR

ESQUEL

Unicopas

ABONG

CESE

Cáritas Brasileira

GIFE

Visão Mundial

EQUIPE TÉCNICA

Organizadores: Igor Ferrer, Eliana Rolemberg e Aldiza Soares

Mediação: Carmem Silva

Relatoria, concepção e elaboração: Luise Villares

Revisão: Candice Araújo, Luise Villares, Igor Ferrer, Eliana Rolemberg e Aldiza Soares

Assessoria de Comunicação: Isis Dias e Nívea Martins

Projeto gráfico: Mateus Leal

Diagramação: Mateus Leal

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Financiado pela
União Europeia



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	4
1. Mobilização e Comunicação	5
1.1 Peças de Comunicação	6
2. Perfil dos participantes	7
3. Relato detalhado	8
3.1 Primeiro dia do Encontro Nacional de Signatárias da Plataforma MROSC (21/06)	8
3.2 Segundo dia do Encontro Nacional de Signatárias da Plataforma MROSC (22/06)	17
4. Avaliação dos participantes	26
CONCLUSÃO	30
ANEXO I - Trabalhos de Grupos	31

INTRODUÇÃO

O VIII Encontro Nacional de Signatárias ocorreu nos dias 21 e 22 de junho de 2021 e teve como tema central a governança da Plataforma MROSC. O Encontro foi realizado em formato remoto por conta da pandemia do novo coronavírus e contou com a presença de aproximadamente 70 pessoas no somatório dos dois dias. Além da mediação de Carmem Silva, tivemos a contratação da tradução simultânea em libras, tornando o evento acessível para todos/todas os/as representantes presentes.

O Encontro de Signatárias é a instância máxima de deliberação das signatárias da Plataforma e funciona como uma assembleia geral. Nesse espaço são definidas questões sobre sua estrutura de governança, as principais deliberações, recomendações estratégicas e é realizada a definição das OSC que compõem o Comitê Facilitador. A necessidade de realização de um Encontro de Signatárias específico sobre Governança foi um dos encaminhamentos do VII Encontro Nacional, ocorrido em setembro de 2020. Houve reuniões periódicas do Comitê Facilitador para ajustar o tema escolhido às demandas das signatárias. Com este processo, buscou-se levantar e sistematizar questões problematizadoras para serem levadas a debate.

O Comitê Facilitador, formado por organizações eleitas pelas signatárias para facilitar, dinamizar e coordenar politicamente as ações da Plataforma, além de supervisioná-las, colabora com sua implementação por meio de discussões contínuas via e-mail, reuniões e teleconferências para decidir questões pontuais. Por sua vez, as Plataformas e Articulações Estaduais têm o papel de dinamizar a agenda comum do MROSC nas regiões e estados, ampliando e fortalecendo a rede nos níveis locais.

A governança da Plataforma é formada, ainda, pela Secretaria Operativa, que tem o papel de executar as ações da Plataforma, sediando suas operações gerais de comunicação, articulação, organização da agenda e deliberações do Comitê Facilitador, o que inclui atividades de logística, gerenciamento das mídias sociais com atualizações regulares, além da administração do site da Plataforma e do acompanhamento dos projetos.

Assim, o presente documento trará uma síntese do que ocorreu nos dois dias do encontro através da relatoria dos principais pontos discutidos.

1

MOBILIZAÇÃO E COMUNICAÇÃO

A mobilização foi iniciada através de materiais informativos relacionados ao VIII Encontro de Signatárias, elaborados e encaminhados às organizações signatárias por e-mail. Além disso, os materiais foram disponibilizados no site da Plataforma MROSC e também informes, vídeos e cards foram divulgados nas redes sociais (Whatsapp, Instagram e Facebook).

A identidade visual trabalhada nas peças foi a mesma utilizada no VII Encontro, ou seja, houve o objetivo de se manter o padrão visual do evento, com exceção do vídeo que foi elaborado para este ano, no formato de “animação informativa”. Este tipo de formato é pensado a fim de simplificar até os conceitos mais complexos, aproximando o público-alvo da informação que precisa ser divulgada.

Para preparar os participantes para o VIII Encontro, elaborou-se formulário de consulta prévia, carta preparatória, Relatório de Atividades realizadas entre junho de 2019 a junho de 2021 e um documento de reflexão sobre a Governança da Plataforma MROSC. O objetivo foi preparar os participantes para as discussões acerca da temática do encontro.

Com as ações de mobilização, pretendeu-se dar visibilidade e valorizar os processos participativos, a partir do envolvimento de todas as signatárias nas principais deliberações e recomendações estratégicas acordadas nos Encontros. Além disso, há também o objetivo de apresentar as ações realizadas no âmbito da Plataforma MROSC, no último período, na luta pelo reconhecimento do papel das OSC na participação cidadã.

1.1 Peças de Comunicação

Cards e vídeo

21 E 22 DE JUNHO DE 2021

8° ENCONTRO NACIONAL DE SIGNATÁRIAS

PLATAFORMA MROSC

REFLEXÕES SOBRE A GOVERNANÇA DA PLATAFORMA MROSC

Faça sua Inscrição!

Inscrição
Link no texto de apoio e site plataformaosc.org.br

21 e 22 de Junho de 2021
9h às 12h (Horário de Brasília)

MROSC CARITAS ELO Financiamento pelo Estado Europeu

21 e 22 de Junho de 2021
9h às 12h (Horário de Brasília)

8° ENCONTRO NACIONAL DE SIGNATÁRIAS

21 E 22 DE JUNHO DE 2021

PLATAFORMA MROSC

REFLEXÕES SOBRE A GOVERNANÇA DA PLATAFORMA MROSC

Inscrição
Link no texto de apoio e site plataformaosc.org.br

MROSC CARITAS ELO Financiamento pelo Estado Europeu

Olá, tudo bem?

PLATAFORMA MROSC

CONVOCAÇÃO
Queremos ouvir as OSC Signatárias da Plataforma MROSC.

8°

Estamos nos aproximando do **8° Encontro Nacional de Signatárias da Plataforma MROSC**, que acontecerá nos dias **21 e 22 de junho**, e convidamos a todas as Signatárias para lerem a **CARTA PREPARATÓRIA** e a participarem da **CONSULTA PRÉVIA**, que busca colher subsídios e percepções das organizações sobre a estrutura de governança da Plataforma MROSC.

O link para ter acesso à Carta Preparatória e aos formulários de inscrição e consulta prévia está em nosso texto de apoio.

MROSC CARITAS ELO Financiamento pelo Estado Europeu



Para ler a Carta Preparatória, acesse o link a seguir.

<https://bit.ly/2UEesEt>



2

PERFIL DOS PARTICIPANTES

O perfil dos participantes foi plural, visto as seguintes características que serão relacionadas: número de pessoas, sexo e estado de origem das signatárias. No primeiro momento tivemos 129 pessoas inscritas, destas 79 mulheres e 50 homens. Sendo 6 pessoas do Acre; 1 pessoa do Amazonas; 31 pessoas da Bahia; 12 pessoas do Ceará; 13 pessoas do Distrito Federal; 1 pessoa do Espírito Santos; 1 pessoa de Goiás, 2 pessoas do Maranhão, 1 pessoa do Mato Grosso, 1 pessoa do Mato Grosso do Sul, 8 pessoas de Minas Gerais, 3 pessoas do Pará, 2 pessoas do Paraná, 6 pessoas de Pernambuco; 1 pessoa do Piauí; 5 pessoas do Rio Grande do Sul; 13 pessoas do Rio de Janeiro; 2 pessoas de Rondônia; 1 pessoa de Santa Catarina; 13 pessoas de São Paulo; e 6 pessoas de Sergipe.

O VIII Encontro contou com cerca de 70 representantes das Organizações da Sociedade Civil de todo Brasil, no somatório dos dois dias, correspondendo aproximadamente a 54% das inscrições. Sendo deste total 42 mulheres e 28 homens. Isso demonstra a dificuldade de mobilização virtual em tempo de pandemia. Tornaram-se evidentes no cenário atual as limitações tecnológicas, a conexão lenta e instável da internet do público alvo além de outros fatores causados pela presença do novo coronavírus.



42
Mulheres



28
homens

70 representantes das Organizações da Sociedade Civil de todo Brasil

3

RELATO DETALHADO

3.1 Primeiro dia do Encontro Nacional de Signatárias da Plataforma MROSC (21/06)

O evento virtual teve início na manhã do dia 21 de junho de 2021, às 09 horas, com acolhida da mediadora **Carmem Silva**. O Encontro ocorreu em um momento difícil, de pandemia, mostrando necessário sua realização no ambiente virtual, pois a proposta não era limitar a agenda pré-estabelecida da Plataforma e sim tangenciar saídas e construir, de maneira coletiva, uma agenda pautada no tema da governança. O dia teve a seguinte programação:

1° BLOCO	9h	Abertura
	9h15	Balanco político: Os desafios das OSC e da Plataforma nesta difícil conjuntura
	9h35	Comentários de participantes
2° BLOCO	10h	Realizações da Plataforma no último período
	10h15	Governança: Estrutura atual da Plataforma e forma de governança / situação atual e propostas do documento e da consulta
3° BLOCO	10h35	Orientação do Trabalho em grupo
	10h40	Trabalho em grupos sobre propostas de governança da Plataforma MROSC
	11h30	Apresentação dos grupos
	12h	Encerramento do dia

No primeiro momento, comentou-se a agenda do dia, avisos gerais e fez-se uma apresentação das e dos participantes. Em seguida, deu-se início à exposição do balanço político, com os desafios das OSC e da Plataforma MROSC, nesta difícil conjuntura, com fala inicial de Eliana Rolemberg, representante da CESE no Comitê Facilitador, na qual teceu comentários sobre a importância do VIII Encontro, a mudança de conjuntura no país e os números atrelados à pandemia do novo coronavírus. Relatou a resistência do governo federal em relação ao controle da pandemia no Brasil (sem plano nacional de vacinação e controle sanitário), flexibilização das leis, repressão aos movimentos sociais, desemprego elevado, despejos nas cidades e nos campos, pobreza, ódio às minorias, concentração das milícias, aumento da violência no campo e conflitos por terras em áreas indígenas e quilombolas. Mencionou os desafios das pautas relacionadas aos direitos humanos em um governo altamente militarizado e o Brasil voltando ao mapa da fome. Afirmou a necessidade de uma rede solidária de bem viver e defesa da democracia.

Logo após, Daniel Rech, representante da Unicopas e membro do Comitê Facilitador, realizou um exercício de análise em relação à situação que o Brasil se encontra e que se agrava a cada momento. Comentou sobre a importância de construir um manifesto da Plataforma MROSC pela democracia e a sociedade civil voltada para o enfrentamento da conjuntura. O momento exige uma posição com destaque para quatro pontos e o que nos desafia:

- 1 estamos desafiados no ponto de vista da **solidariedade**, a situação nos chama para sermos solidários com os que estão sendo atingidos pelas sistemáticas violações dos direitos humanos;
- 2 precisamos compreender as dificuldades que a população passa, sendo a **voz** dessa população oprimida e, enquanto Plataforma MROSC, devemos assumir esse papel;
- 3 **persistência** em um momento que não é fácil, necessidade de continuar e levar adiante uma luta que altere essa realidade;
- 4 precisamos atuar em **conjunto**, acumular forças, juntos e juntas. A Plataforma MROSC está nessa direção, na tentativa de unir forças e com o seguinte desafio: Como podemos nos unir conjuntamente, construir um país melhor e com grandes melhorias para a população?

Em seguida às falas das representações do Comitê Facilitador, o bloco foi aberto aos comentários dos/das participantes que haviam se inscrito no chat. Seis pessoas expressaram pontos de vista em relação à conjuntura e com um olhar direcionado sobre a Plataforma MROSC. Carmem Silva sintetizou as falas a partir da importância de debater o tema da governança, pois ela existe para contribuir no contexto dos pontos apresentados. As mudanças legislativas; atuação dos governos, o impacto disso nos conselhos; as lutas antirracista, antimachista; e o desmantelamento das políticas públicas e dos direitos humanos são frentes importantes para pensar nossas ações. Temos um contexto desafiador para todas as organizações da sociedade civil e um ambiente favorável para novas atuações enquanto Plataforma MROSC.

No segundo bloco, foram apresentadas visualmente as realizações da Plataforma no último período. Igor Ferrer, representante da Cáritas Brasileira no Comitê Facilitador, ficou responsável por apresentar a estrutura do relatório que foi enviado para todas as signatárias. Além disso, demonstrou o protagonismo da Plataforma MROSC na luta pelo marco regulatório para as OSC e das agendas normativas. Pontuando, especificamente, o desafio na promoção e defesa de uma agenda normativa a partir de três eixos:

- 1** **contratualização:** promoção de ambiente favorável à implementação da Lei 13019/14 e atuação das Plataformas/Articulações Estaduais para o aprimoramento do ambiente legal e institucional;
- 2** **sustentabilidade:** fortalecimento da sustentabilidade a partir das dimensões política, econômica e técnica; fortalecimento dos CONFOCOS regionais, mais envolvimento das signatárias na Plataforma e apoio a pequenos projetos. Além disso, promoção e defesa de uma Reforma Tributária adequada às OSC com reflexões sobre incidências de ITCMD em doações às OSC.
- 3** **certificação:** desafio de maior envolvimento das signatárias no tema, pois precisamos contar com a participação das organizações que já lidam com a certificação no dia a dia.

Igor Ferrer também apresentou a agenda de conhecimento a partir de três eixos:

- (1) **capacitação**: com a realização de nove caravanas;
- (2) **pesquisa**: elaboração de estudos, relatórios e sistematização de dados sobre as OSC;
- (3) **disseminação**: através do Momento MROSC, rodas de conversa no Fórum das Resistências, boletim Somos MROSC, notas técnicas e cartilha de fortalecimento de lideranças.



O fortalecimento das ações de incidência da Plataforma MROSC é necessário em um momento de governo autoritário e acentuada dificuldade de relacionamento com o executivo, em um cenário de perseguição e criminalização das OSC. Os canais de interlocução da Plataforma foram diversificados, estabelecendo parcerias com o legislativo e fomentando a criação de Frentes Parlamentares em defesa das OSC; criação de grupos de Incidência Política para o acompanhamento direto do Parlamento e contratação de consultoria para acompanhar o legislativo.

Por isso, as principais incidências em relação à reforma tributária se deram na articulação para uma reforma adequada às OSC, elaboração de proposta de emenda e mobilização de Parlamentares. A Plataforma MROSC tem dialogado com vários setores como, por exemplo, a FENAFISCO que reúne os sindicatos dos auditores fiscais estaduais e defende, entre outras pautas, a taxação das grandes fortunas.

Já em relação às OSC e a pandemia, tivemos a atuação direta da Plataforma no PL 4113/20, que trata do regime jurídico transitório para parcerias; PL 5307/20, para renovação do PRONON e PRONAS; MP 944/20 das medidas emergenciais de manutenção de contratos de trabalho; MP 931/20, PL 5546/20 e PL 380/21, que regulamentam a realização de assembleias e reuniões online. Outro ponto foi a fiscalização e criminalização das OSC através do PL 4953/16 – Declaração anual ao Ministério da Defesa de recursos recebidos do exterior; PL 6764/02, PL 2462/91 – Alteração da Lei de Segurança Nacional; e PL 67/21 – Regras de transparência e fiscalização de parcerias.

A rede indireta alcança mais de 50 mil organizações e busca ampliar e enraizar a sua atuação, promovendo articulação e intercâmbio entre experiências e práticas existentes

Além disso, a Plataforma fortaleceu diálogos com segmentos que tradicionalmente não possuíam uma atuação mais efetiva nos debates da Plataforma MROSC, como organizações negras, LGBTQIA+ e dos povos indígenas. Também tivemos o fortalecimento institucional da própria estrutura da Plataforma e criação dos GTs: Tributário; Incidência; Interiorização e Formação.

Dando continuidade ao segundo bloco, Aldiza Soares, representante da Esquel no Comitê Facilitador, apresentou a estrutura atual da Plataforma, sua forma de governança, as propostas do documento, das consultas públicas e as principais discussões no ambiente do Comitê Facilitador. Para o entendimento das signatárias, apresentou as possíveis dúvidas que poderiam surgir.

A Plataforma MROSC é uma rede de organizações da sociedade civil sem fins lucrativos e de interesse público que tem por objetivo aprimorar o ambiente social e legal da atuação das organizações. A rede indireta alcança mais de 50 mil organizações e busca ampliar e enraizar a sua atuação, promovendo articulação e intercâmbio entre experiências e práticas existentes. Composta por essa rede de signatárias, as ações fortalecem a implementação de um ambiente regulatório adequado, que incentiva e favorece a inscrição das entidades nos processos de construção da democracia e no desenvolvimento sustentável do país. Trazendo, assim, cada vez mais organizações para o debate sobre o ambiente regulatório e institucional das organizações da sociedade civil no Brasil, em nível federal, estadual e municipal.

Partindo dessa reflexão, algumas questões e respostas são essenciais para o entendimento do papel da Plataforma MROSC:

- **O que são as signatárias?** São Organizações da Sociedade Civil, Movimentos Sociais e Coletivos, Fóruns, Redes e Articulações de Organizações da Sociedade Civil que atuam para o interesse público, que aderem às cinco reivindicações básicas e se comprometem com os compromissos da Plataforma MROSC.
- **Quais são os cinco pontos basilares?** (1) Processos e instâncias efetivos de participação cidadã nas formulações, implementação, controle social e avaliação de políticas públicas; (2) Instrumentos que possam dar garantias à participação cidadã nas diferentes instâncias; (3) O estímulo ao envolvimento da cidadania com as causas públicas, criando um ambiente favorável para a autonomia e fortalecimento das OSC; (4) Mecanismos que viabilizem o acesso democrático aos recursos públicos e que permitam a operacionalização desburocratizada e eficiente das ações de interesse público; (5) Um regime tributário apropriado e favorecido às OSC, incluindo a criação e aprimoramento de incentivos fiscais para doações de pessoas físicas e jurídicas.
- **O que é o encontro de signatárias?** É a instância deliberativa máxima da Plataforma MROSC. É a reunião das Organizações da Sociedade Civil Signatárias da Plataforma MROSC. No encontro são definidas a estrutura

de governança, as principais deliberações e recomendações estratégicas e são indicados as representações das OSC das instâncias de Governança. Deve ser realizado pelo menos um encontro anual a qualquer tempo.

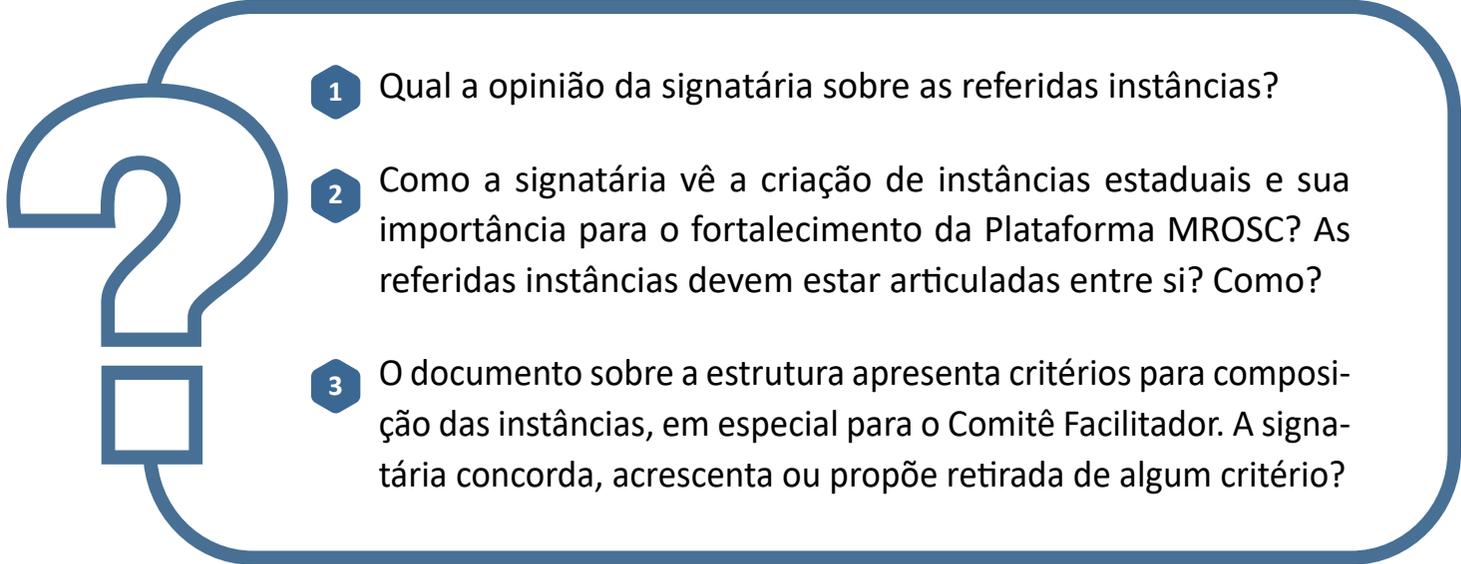
- **O que faz o Comitê Facilitador?** É a instância executiva da Plataforma, eleita pelo Encontro Nacional de Signatárias e que dá andamento às demandas da Plataforma MROSC. É a instância que garante a coesão política da Plataforma. O CF não possui mandato aberto, estando submetido às decisões e linhas estratégicas definidas pelo Encontro Nacional das Signatárias. Tem o intuito de representar politicamente a Plataforma MROSC e realizar os devidos encaminhamentos; fomentar iniciativas de articulação entre as signatárias; fomentar processos de articulação da Plataforma com outros segmentos institucionais, governamentais, redes e articulações.
- **O que são as plataformas e articulações estaduais?** Plataformas e Articulações Estaduais têm o papel de dinamizar a agenda comum da Plataforma MROSC nas regiões e estados, ampliando e fortalecendo a rede nos níveis locais.
- **O que são os GTs?** São instâncias técnicas de apoio a Plataforma MROSC dedicadas ao desenvolvimento de temas ou desafios específicos que podem ser identificados pelo Encontro Nacional ou pelo Comitê Facilitador ou por demanda das signatárias. Assumem a responsabilidade de desenvolver estudos, pesquisas e sugestões estratégicas para a atuação da Plataforma MROSC em determinada temática. Elaborar propostas para aprimoramento da legislação referente às OSC.

As ações fortalecem a implementação de um ambiente regulatório adequado, que incentiva e favorece a inscrição das entidades nos processos de construção da democracia e no desenvolvimento sustentável do país.



Aldiza apontou outras reflexões necessárias, como a proposição de uma consulta trimestral, criação de uma ouvidoria, se seria pertinente a formação de uma instância intermediária entre o Encontro Nacional de Signatárias e o Comitê Facilitador e algumas regras de pleito como a ausência de uma entidade a mais de três reuniões seguidas, sem justificativa, que deveria incidir no seu afastamento do Comitê Facilitador.

Por fim, apresentou o resultado da Consulta Prévia realizada, a qual buscou sistematizar a percepção das signatárias a partir de três questões problematizadoras:

- 
- 1 Qual a opinião da signatária sobre as referidas instâncias?
 - 2 Como a signatária vê a criação de instâncias estaduais e sua importância para o fortalecimento da Plataforma MROSC? As referidas instâncias devem estar articuladas entre si? Como?
 - 3 O documento sobre a estrutura apresenta critérios para composição das instâncias, em especial para o Comitê Facilitador. A signatária concorda, acrescenta ou propõe retirada de algum critério?

Como resultado da consulta, 16 organizações apresentaram contribuições à reflexão. Segue abaixo um resumo dos principais pontos levantados:

- Em relação à primeira pergunta, foi unânime uma maior comunicação da Plataforma MROSC e de suas instâncias estaduais com as signatárias. Pontuaram que as instâncias são necessárias para estimular o debate, a troca de experiências e as deliberações. Atrelaram a importância de estruturação em rede e hierarquização, mas, com participação democrática. Além disso, estão realizando um papel importante para alimentar o fortalecimento das signatárias quanto ao MROSC e sua implementação nos estados. Sendo necessário fortalecer a prestação dos serviços e o trabalho desempenhado.

- Já na segunda pergunta, frisaram o fortalecimento das organizações e que estejam articuladas entre si. Como proposta, acham necessário um espaço estadual para maior interação e compartilhamento de ações e informações locais, na qual possibilitará a ampliação do debate e organização com a criação de comitês ou conselhos com as signatárias de cada estado. Com isso, a criação de instâncias estaduais deve ter seu fortalecimento descentralizado e quanto mais representatividade melhor para as instituições. Além disso, deve-se prever a criação de instâncias municipais. As instâncias tanto estaduais como municipais, através dos comitês e seus membros, devem estar sempre articuladas. Outras signatárias acham que não há necessidade de articulação e devem somente se reportar à Plataforma Nacional.
- Na terceira pergunta, enfatizamos a concordância da maioria das signatárias. Com destaque para a construção democrática e partilha dos critérios apresentados, esperando que o Comitê Facilitador siga os critérios pactuados com as organizações e sua estrutura institucional, pois são importantes como processo organizacional.

Após as apresentações visuais, Carmem Silva abriu o terceiro bloco com orientações gerais para a organização dos grupos de trabalho. A saber: (1) Uma pessoa do CF ou indicada, ficou designada para coordenar o grupo; (2) Importante facilitar a participação de todos/as, combinar o tempo de fala e o tempo para cada questão; (3) Escolha de uma pessoa para a relatoria e usar o formulário no link disponibilizado para responder às questões; (4) Os grupos produziram um relatório que foi enviado para a comissão logo após o término da primeira parte do encontro.

As pessoas foram divididas em 4 grupos com 10 a 15 participantes. A divisão foi feita de forma aleatória pelos organizadores que facilitaram a comunicação e o entendimento de como ocorreria essa etapa de trabalho na plataforma digital. As questões debatidas nos respectivos grupos foram as seguintes:



- 1 Que instâncias devem existir na Plataforma para sua organização e funcionamento de formas a ter condições de enfrentar os desafios?
- 2 Como devem ser as instâncias estaduais? Elas deveriam estar articuladas entre si? Como? E como deve ser a articulação entre as instâncias estaduais e nacionais?
- 3 Quais os critérios para composição das instâncias nacionais, em especial do Comitê Facilitador? O tamanho do CF está adequado? Como deve ser o processo de escolha do CF?

Como resultados dos grupos de trabalho e propostas de governança, temos no Anexo I a memória das reflexões dos integrantes dos grupos. Após a apresentação dos relatórios dos grupos, Carmem Silva informou como seria o procedimento do segundo dia com balanço e debates dos principais pontos levantados. Mencionou os informes finais, explicou os próximos passos e convocou os participantes para estarem presentes no dia seguinte.

3.2 Segundo dia do Encontro Nacional de Signatárias da Plataforma MROSC (22/06)

O segundo dia do encontro teve início às 09 horas com abertura e saudações da mediadora Carmem Silva. O dia teve a seguinte programação:

1º BLOCO	9h	Abertura
	9h15	Apresentação da sistematização dos trabalhos em grupos

2° BLOCO	9h35	Aprovação dos consensos
	9h45	Debate das propostas diferenciadas ou polêmicas
3° BLOCO	11h30	Fala de encerramento do Comitê Facilitador
	11h45	Fala final da mediadora
	12h	Encerramento

O instituto do último dia foi destrinchar os pontos consensuais e não consensuais que surgiram nos quatro grupos de trabalho do dia anterior. Os principais apontamentos foram apresentados no primeiro dia e a partir das três perguntas norteadoras foram debatidos os tópicos relacionados à governança da Plataforma MROSC.

A metodologia escolhida foi apresentada em duas partes: (1) pontos consensuais nos grupos; (2) quatro blocos de questões que podem ser polêmicas ou não, mas que possuem contradições e diferenças. Para isso, duas regras foram seguidas, a saber: (1) Consensos (100%), recomendações para decidir no próximo encontro (entre 100% e 50%), sugestões para seguir debatendo (menos de 50%); (2) Não tendo acordo, pode-se criar um grupo com pessoas que estejam interessadas em aprofundar as temáticas para formular uma posição e levar no próximo encontro. Em seguida, foi ordenada a sistematização dos grupos e dos consensos gerais.



1. Fortalecimento da comunicação:

- Aumentar a divulgação das informações nas instituições, sobretudo em instituições que não têm acesso a internet, entre outros recursos;
- Falta de recursos técnicos/eletrônicos para acessar algumas informações;
- Trabalhar uma comunicação mais clara/objetiva, pois muitas organizações são carentes de informação;
- Canais de comunicação interativa com as signatárias, utilização de redes sociais, possibilidade de contribuição das instâncias estaduais no site, interação permanente para ações mais rápidas;
- As não signatárias podem acessar o site, curtir as redes sociais e observar o debate público. Podem assinar a newsletter (boletim) no site para receber novidades, se inscrever no canal, curtir, compartilhar e interagir nas redes sociais da Plataforma MROSC.

2. Interação entre as signatárias, as instâncias estaduais e com o Comitê Facilitador:

- Incentivar a criação e consolidação das plataformas estaduais (espaços estaduais da Plataforma MROSC);
- O contato deveria ser maior com os municípios;
- Importância do GT de Interiorização: não basta apenas insistir na adesão, é preciso apresentar o objetivo, a mensagem;
- Ampliar as conexões entre as entidades. As organizações signatárias precisam se conhecer e se envolver no fortalecimento da sociedade civil/ Marco Regulatório;
- Ainda que de forma remota (e também quando voltarmos à ação presencial): ter encontros temáticos de signatárias; criação de grupos de trabalho; ter plenárias e/ou encontro nacionais; encontros/reuniões menores por temas específicos e debates/consultas sobre temas;
- Encontro entre as plataformas regionais/estaduais para articular pautas regionais e nacionais;
- Tem previstos encontros regionais no projeto de apoio do projeto de financiamento da União Europeia, pode ter um encontro presencial para cada região mais no final do projeto.

3. Outras observações gerais:

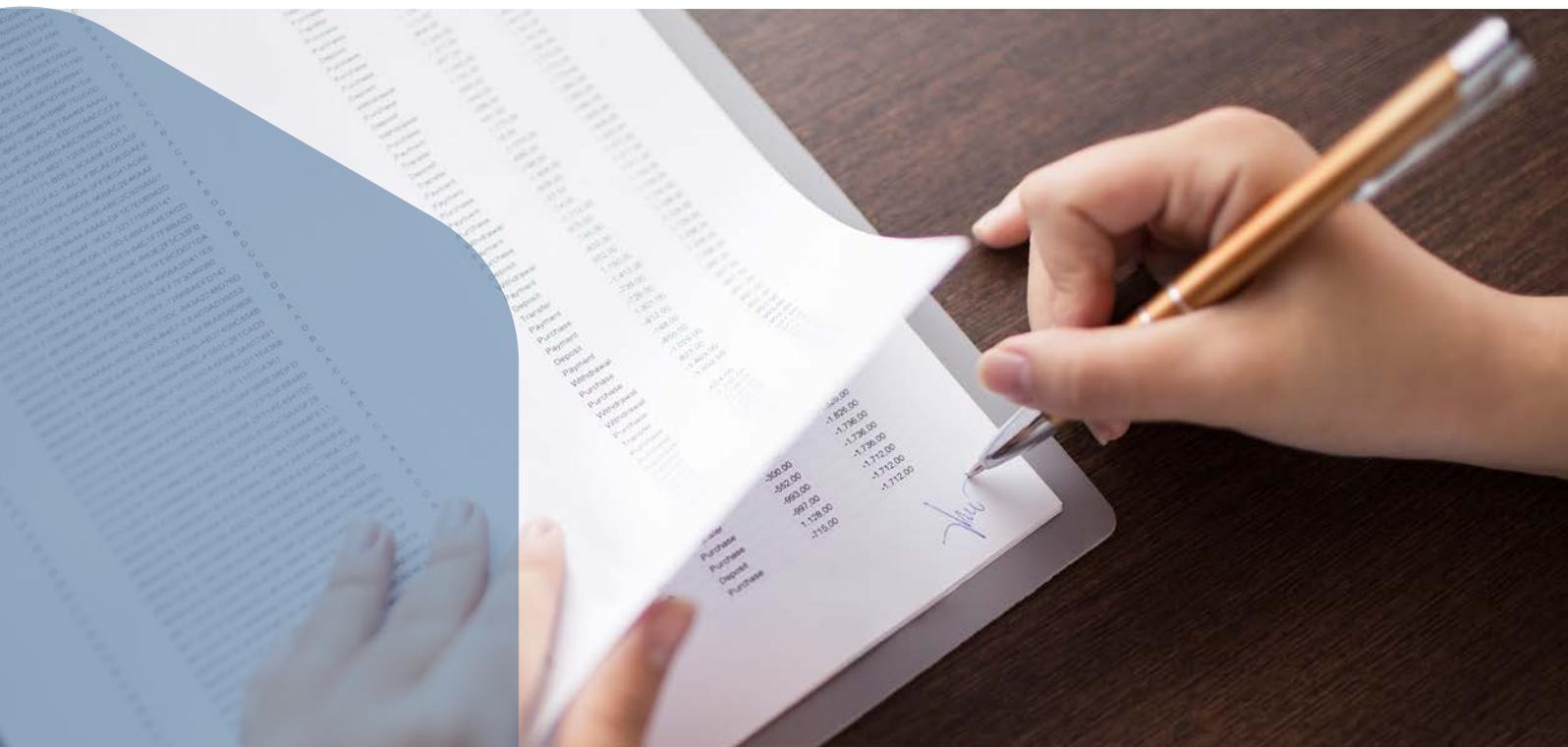
- É importante continuar a composição das instâncias por organizações signatárias;
- Edital para manutenção das instituições é essencial;
- O núcleo de coordenação deve ter uma atenção maior aos segmentos que compõem a Plataforma MROSC;
- Foco maior na instância regional. Há uma diversidade de segmentos e organizações e isso deve ser o ponto de partida;
- A Plataforma é um espaço de interação da sociedade civil e não uma OSC;

- Os Conselhos Municipais de Assistência Social, deveriam dar um apoio maior às organizações, pois as organizações muitas vezes não têm preparo e o suporte adequado, deveria ter uma equipe de profissionais para dar suporte, na legalização, nos procedimentos burocráticos, contábeis, captação de recursos através de projeto.

Ao apresentar a síntese do todo e os consensos gerais, Carmem Silva passou a debater, separadamente, as questões divergentes e polêmicas que apareceram nos grupos de trabalho a fim de amadurecer o debate. Por se tratar de um encontro com muitos representantes das signatárias, a cada questão polêmica optou-se pelo comentário de um/uma representante do Comitê Facilitador.

4. Formatação Jurídica:

- Deve-se ter alguma forma jurídica? Qual? Ter CNPJ nacional? Estadual? Respeitar diversas formas de organização estadual?
- Se a plataforma tem objetivo de se colocar como ferramenta de captação de recursos, deve ter CNPJ. Outro ponto: não existe necessidade e pode burocratizar, o objetivo é de articulação política entre OSC em torno da pauta MROSC e correlatos.



Neste contexto, Mauri Cruz abriu fala sobre o tema. Iniciou apontando que a Plataforma MROSC foi criada em 2010 como uma rede de organizações para a criação do marco regulatório da sociedade civil. Nunca houve a necessidade de constituir uma personalidade jurídica. Sempre que há necessidade de representações, as organizações são convocadas.

A Plataforma não pode ter um posicionamento político e uma personalidade jurídica, ela é as duas ao mesmo tempo por meio das suas signatárias. Uma constituição formal da personalidade jurídica teria mais dificuldade de abordar algumas pautas políticas importantes e que precisam ser discutidas.

Com isso, sete pessoas se inscreveram para falar. Destas, três pessoas defenderam uma formatação jurídica da Plataforma e quatro pessoas não defenderam a formatação jurídica. Assim, Carmem Silva deu o tema como vencido e como encaminhamento informou que a Plataforma MROSC, no primeiro momento, não terá personalidade jurídica e criará um grupo de trabalho para tratar desse tema específico. O Comitê Facilitador fará um documento para as signatárias apresentando o tema.

5. Comitê Facilitador:

- **Questões a definir: tamanho, composição, processo de escolha.**
- Atualmente é composto por 7 organizações signatárias com atuação nacional eleita no Encontro Nacional das Signatárias;
- O CF deve ser uma instância pequena e ágil para atuação cotidiana: diminuição para 5 seria para facilitar a participação dos membros. Podendo ter uma ou duas organizações suplentes para o caso de uma eleita não conseguir se manter;

- **Proposta de tamanho:** 5 organizações ou 7 organizações; 1 por Estado/ Plataforma Estadual (atualmente 9 Plataformas, mas com horizonte de representação dos 27 estados) ou 1 por região = 5.
- **Preocupação:** (1) Garantir no CF a representação regional (entidades que não tenham atuação nacional ficam de fora hoje); (2) Construir articulações regionais. Nas regionais participariam as signatárias de estados onde não tem articulações estaduais (seriam incentivadas a criar sua plataforma estadual, mas cada estado deveria refletir sobre isso). Estas articulações regionais fariam encontros regionais para aprofundar os temas específicos da região e encaminhamento de suas necessidades. A criação de articulações regionais somente seria possível se houvesse um número mínimo de signatárias na região.
- **Propostas de composição do CF:**
 1. Formado por 5 organizações signatárias.
 2. Formado por 5 organizações signatárias com sede nas cinco regiões (todo território nacional)
 3. Formado por organizações das cinco regiões e mais 2 organizações com atuação nacional (seriam 7 organizações no CF)
 4. Formado por representantes das Plataformas Estaduais.
- **Processo de escolha:** As organizações que compõem o CF devem ser escolhidas no Encontro Nacional de Signatárias da Plataforma MROSC.

Sendo assim, Eliana Rolemberg iniciou indagando:

(1) Quando as signatárias são consultadas? Respondeu que todos os pontos apresentados estão no documento enviado para as signatárias e a Plataforma é uma instância política. Não pode-se confundir a atuação da Plataforma MROSC com a atuação de outras plataformas;

(2) O que precisamos adotar? A resposta foi no sentido de uma metodologia participativa e de democracia interna na Plataforma MROSC. Apontou que reuniões semanais com um número muito grande de participantes é muito difícil, o Comitê Facilitador não dará conta das demandas. Além disso, a participação nacional dos estados é complicada, pois não temos Plataformas e sim organizações. O ideal é pensar na questão concreta e como construir esses levantamentos nos grupos de trabalho;

(3) Como escolher representações regionais se não temos plataformas regionais, apenas estaduais? Temos o princípio de criar outras Plataformas estaduais, como ficaria com as que foram criadas posteriormente? Eliana argumentou que saíram do V Encontro com essa proposta, implementaram e não deu certo. Afirmou, ainda, que não é só o Comitê Facilitador que representa a Plataforma, mas as Plataformas estaduais também devem apresentar propostas para se fortalecer.

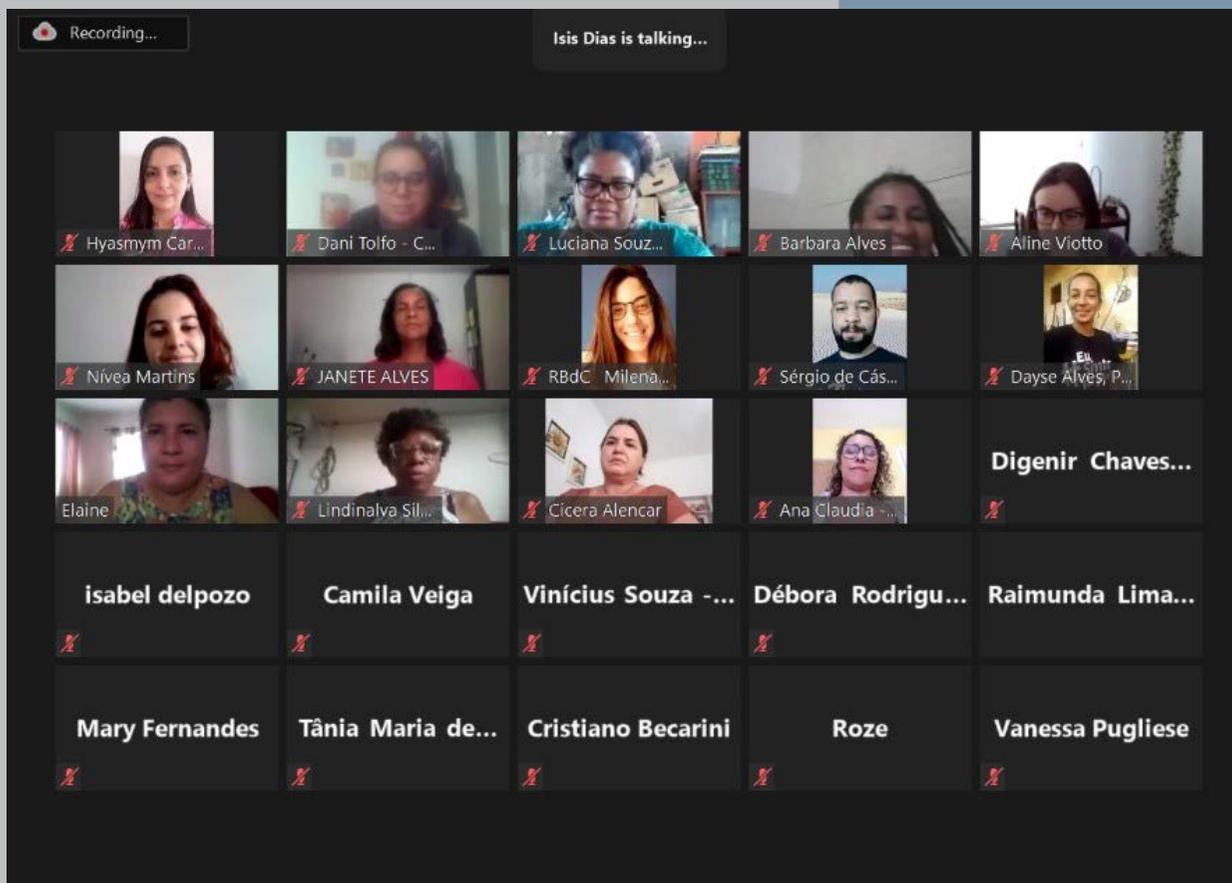
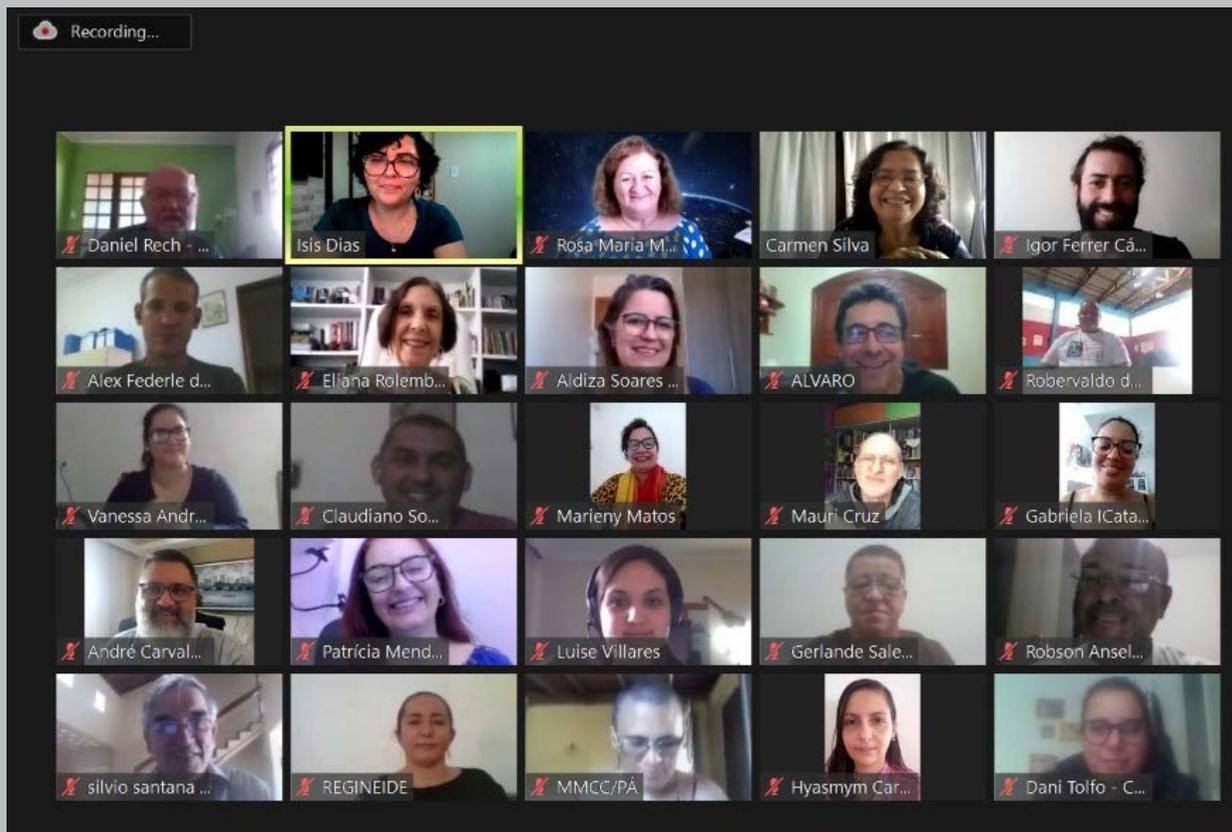
Ademais, onze pessoas se inscreveram para falar. Todas defenderam posições distintas, com tendência para ampliação do Comitê Facilitador. Assim, Carmem Silva deu o tema como vencido e como encaminhamento pontuou que as posições foram muito divergentes, houve falta de consenso e finalização do tema proposto. Não houve posições claras e faltou entendimento sobre o Comitê Facilitador.

6. Instância mais ampla que o Comitê Facilitador: Conselho Consultivo?

- Não é necessário, a interação entre as signatárias: se dá nos GTs da Plataforma MROSC, nas plenárias das plataformas estaduais, nas consultas abertas, nos debates e nos instrumentos e processos de comunicação.
- É necessário uma instância mais ampla que o CF garanta participação estadual (1 representante por Estado).

Todavia, Silvio Santana propôs que o debate seja através de um processo sistemático de consulta e incentivar que as pessoas participem do debate político para construção do tópico. Assim, três pessoas se inscrevem para falar. Porém, Carmem Silva interrompeu alegando que as visões apresentadas estavam além do debate do tópico e dos documentos que foram disponibilizados. Deu o tema como vencido, pois não houve entendimento e não chegaram a um consenso.

Sem consensos ou encaminhamentos, o segundo dia foi encerrado com a fala final de Mauri Cruz, representando o Comitê Facilitador, parabenizando os debates e o encontro. As questões levantadas precisam de encaminhamento e consciência para sistematizar as propostas e as consultas públicas nessa conjuntura. Destacou a dedicação dos participantes nos dois dias e em nome do Comitê Facilitador se despediu.



4

AVALIAÇÃO

No final do encontro foi disponibilizado para todos/todas os/as participantes um formulário avaliativo dos dois dias com perguntas abertas e fechadas. Tivemos 29 respostas validadas e como resumo, temos as seguintes perguntas apresentadas aos participantes:

VOCÊ FICOU SATISFEITO COM O EVENTO?

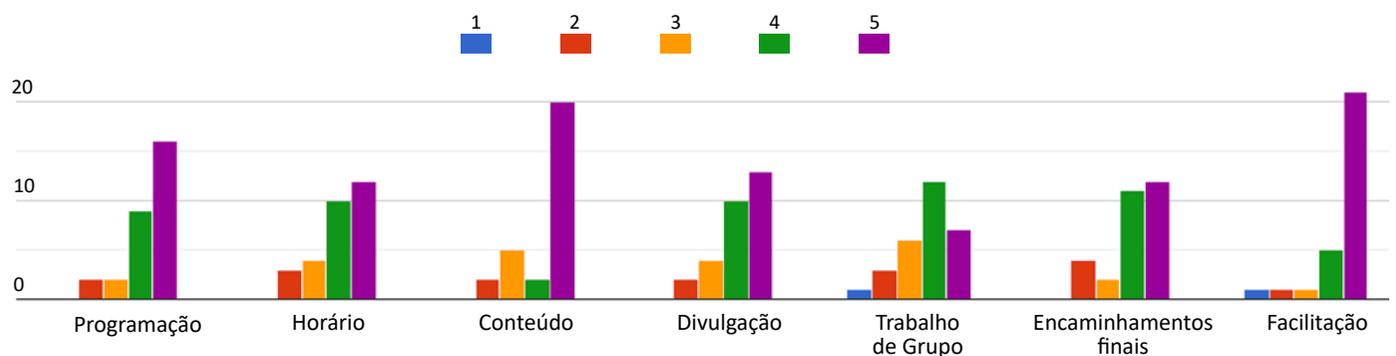
29 respostas



Na primeira pergunta, temos a escala de 1 a 5. No qual 1 está pouco satisfeito e 5 muito satisfeito.

SOBRE SUA SATISFAÇÃO:

12 respostas



Em relação aos comentários adicionais aos pontos acima, sobre a satisfação dos participantes, destacamos 12 respostas:

- Pouca preparação dos participantes para o debate;
- Capacitação para um melhor aprendizado e direcionamento nos trabalhos das OSC;
- As organizações signatárias não fizeram leitura prévia da documentação preparatória para o encontro;
- Parabéns aos organizadores/as deste evento;
- Gostei;
- O encontro foi excelente;
- Apesar de estar recém chegada ao grupo, penso ser necessário leitura prévia dos materiais para participação nos encontros;
- Abrir espaços para novas formas de participação;
- No momento de encaminhamento houve certas divergências, mas ainda assim é produtivo haver diversidade de pontos de vista para que possamos analisar e decidir pelo coletivo;
- Sobre o tempo de encontro, acreditamos que mais tempo para o debate seria positivo. Porém, como estamos em meio a pandemia, pensamos que seria talvez muito cansativo na modalidade on-line, mas por hora, um maior tempo de encontro é a nossa sugestão;
- Quanto à dilação do horário previsto;
- Acredito que não tenha ficado claro o foco do tema, gerando debates além do tema proposto, apesar de entender que é necessário outros debates temáticos.

Outra pergunta era no sentido de destacar os pontos mais importantes do Encontro, assim temos 17 respostas:

- Os encaminhamentos finais;
- Em resumo foi ótimo. Temos que criar mais instâncias de diálogo para exercitar a nossa capacidade de formulação. Importante a oportunidade do diálogo;
- Debate sobre sentido da plataforma;
- Grupo de trabalho;

- Análise de conjuntura e pensar a Governança da Plataforma sem o desconhecimento do histórico acumulado;
- Em primeiro lugar o reconhecimento da necessidade da Plataforma e segundo a habilidade de condução das opiniões diferentes;
- Discussões sobre o CF;
- As discussões democráticas que muito enriquecem o trabalho;
- Os apontamentos para a atual conjuntura da plataforma;
- Ficou claro a falta de informações técnicas de muitos participantes e a clareza do que seria discutido e votado;
- Todos os debates foram relevantes, já que fiquei na escuta para aprender. A inclusão do intérprete foi muito boa e os GT também;
- Sobre o apoio e o suporte da plataforma às signatárias;
- A possibilidade das pessoas se colocarem e poder falar sobre suas dúvidas, anseios e perspectivas foi o ponto mais importante em nossa opinião;
- A dinâmica de ponto e contraponto, as defesas de teses e suas consequentes antíteses, que, invariavelmente, nos levarão futuramente à qualificadas e muito bem debatidas sínteses.
- Apresentação das atividades desenvolvidas, conquistas e sugestões.
- Construção em grupo.
- Os temas abordados e os debates.

Por último, foi solicitado um comentário geral sobre o Encontro:

- Acredito que é uma oportunidade de ajudar as pessoas a aprenderem a participarem de eventos deste tipo;
- Muito bom e necessário. Pena que não foi possível construir as mudanças necessárias na governança;
- Valeu os dois dias;
- Excelente encontro;
- Parabéns e que aconteçam outros;
- Muito produtivo;
- Parabéns pela condução e pela proposta do encontro;
- Muito bom;

- Parabéns a todos envolvidos na organização e pela facilitação;
- Debate fundamental;
- Construtivo;
- Foi tudo ótimo;
- Parabenizar pelo encontro e a possibilidade de avanços na plataforma;
- Gostamos muito de participar;
- Agradecer e parabenizar;
- Satisfatório.

CONCLUSÃO

Os dois dias foram importantes para as entidades que aderiram aos princípios da Plataforma MROSC, tanto as que já compõem há mais tempo quanto as que aderiram recentemente. No encontro a estrutura de governança foi discutida, formatando as principais deliberações e recomendações estratégicas dos grupos de trabalho. Deve ser realizado pelo menos um Encontro Nacional de Signatárias anualmente, e, a qualquer tempo, outros encontros podem ser convocados em razão da necessidade identificada pelo Comitê Facilitador ou ressaltada por signatárias e/ou articulações estaduais. Para esse ano foi deliberado mais um encontro que será realizado em setembro e discutirá alguns pontos apresentados neste encontro.

Em relação a sistematização dos dois dias, os caminhos possíveis e os dilemas de governança foram apresentados pelos grupos de trabalho e conseguiu-se avançar na reflexão sobre os caminhos possíveis para a Plataforma MROSC. Basicamente, não houve consenso e entre os pontos polêmicos, definiu-se pela realização de uma reunião específica para tratar da formação jurídica da Plataforma, sobre a criação de uma instância ampla (Conselho Consultivo) e para definições sobre a composição e formatação do Comitê Facilitador.

Em síntese, o VIII Encontro Nacional de Signatárias foi destinado ao aprofundamento das reflexões sobre governança da Plataforma, a partir da participação e contribuição das signatárias, incluindo, também, aquelas que não conseguiram participar do Encontro. A proposta foi repensar e validar a estrutura de governança da Plataforma, bem como critérios de composição de suas instâncias, em especial do Comitê Facilitador, para que no IX Encontro de Signatárias, que ocorrerá em setembro de 2021, façam-se as devidas definições para nova composição.

ANEXO I - TRABALHOS DE GRUPOS

GRUPO 1

Principais apontamentos

Participantes do Grupo 1	
Aldiza Soares	Geziel Bezerra
Sérgio de Cássio	Tiago Leonardo
Rosa Maria	Tânia Maria
Igor Ferrer	Janete Alvez
Regineide	Tibério
Nivea Martins	Vanessa Pugliese

1. Que instâncias devem existir na Plataforma para sua organização e funcionamento de formas a ter condições de enfrentar os desafios?

- Não existe uma necessidade de mudança, é uma estrutura que vem se desenhando e da forma que esta tem feito, a rede se aproxima e proporciona um crescimento da plataforma MROSC sendo importante se manter.
- Hoje existem articulações estaduais, essa articulação maior é composta por signatárias, a partir daí as articulações estaduais não devem compor o comitê facilitador, existe a discussão que pode existir uma instância que pode incorporar essas articulações.

- Podemos ter uma plenária de interação com o Comitê Facilitador e continuar a estrutura como está hoje.
- Trazer novas instâncias pode em vez de colaborar trazer mais burocracia, por outro lado para melhorar a comunicação dentro da plataforma MROSC e as regionais, poderia ser um encontro entre as regionais para trocar mais experiências, para articular pautas nacionais e regionais, melhorar fluxos e relações, relacionando também com a conjuntura.
- Um Conselho Consultivo pode não fazer sentido por trazer mais burocracia.
- Não precisamos ter uma instância, mas podemos ter encontros menores com temas específicos, debates, consultas e reuniões que devem existir. Devemos discutir sobre a possibilidade de uma ouvidoria e secretaria operativa. Ter um momento de encontros menores de participação de encontros estaduais, num processo de integração entre as plataformas. Dentro do site da plataforma podemos ter a possibilidade de contribuir com questões que ajudem as plataformas estaduais e o diálogo.

2. Como devem ser as instâncias estaduais? Elas deveriam estar articuladas entre si? Como? E como deve ser a articulação entre as instâncias estaduais e nacionais?

- Pontos elencados na primeira pergunta respondem essa questão.
- Temos previstos encontros regionais no projeto com apoio do financiamento da União Europeia, um encontro presencial para cada região mais para o final do projeto. Cada plataforma estadual tem feito um trabalho, colocado em momentos diferentes e precisam ter essa articulação e troca.
- Na Bahia tem 4 comissões e leva as questões em plenária e está surgindo a secretaria executiva para facilitar a articulação com as demais.

3. Quais os critérios para composição das instâncias nacionais, em especial do Comitê Facilitador? O tamanho do CF está adequado? Como deve ser o processo de escolha do CF?

- Levantar o porque não estão participando, justificar antes de serem substituídas.
- Ter uma redução e suplência com definição de quantos suplentes, duas a três suplentes como sugestão.
- Hoje temos 05 organizações participando ativamente na nacional. Buscar critérios de participação no Comitê Facilitador, para não sobrecarregar poucas instituições.
- Titulares e suplentes devem ser da mesma instituição que cuidam do mesmo assunto.
- Titular e suplente devem ser de instituições diferentes.
- Repensado a atuação para ser regional e que a suplência seja de outra OSC com 3 suplências.
- Tem organizações com mais de uma pessoa contribuindo com o Comitê Facilitador e às vezes nenhuma contribuição de outra, podemos dificultar o trabalho se não for dessa forma, a organização para participar deve ter dedicação para participar das atividades.

Apresentação do grupo:

- Apresentação do relatório por Rosa Maria.
- **Síntese:** Leitura da ata do grupo. Melhorar a representatividade, mas não criar mais burocracias.

GRUPO 2

Principais apontamentos

Participantes do Grupo 2	
Dayse Alves	Elaine
Isis Dias	Luciana Souza
Débora Rodrigues	Robervaldo ARDEF
Silvio Sant'Anna	Iracely
Dani Tolfo	Hyasmyn
Digenir Chaves	Gabriela Macedo
Isabel Delpozo	

- 1. Que instâncias devem existir na Plataforma para sua organização e funcionamento de formas a ter condições de enfrentar os desafios?**
 - Algumas pessoas acreditam que não há necessidade de alteração e outras acreditam que sim.
- 2. Como devem ser as instâncias estaduais? Elas deveriam estar articuladas entre si? Como? E como deve ser a articulação entre as instâncias estaduais e nacionais?**
 - Pensar a questão do funcionamento. As instituições não apresentam informações sobre a Plataforma. Sugere aumentar a divulgação nas Instituições, sobretudo em instituições que não têm acesso a internet, entre outros recursos.

- É fundamental ampliar as conexões entre as entidades. As Organizações precisam se conhecer e se envolver no fortalecimento da sociedade civil/Marco Regulatório. importância do GT de Interiorização - não basta apenas insistir na adesão, é preciso apresentar o objetivo, a mensagem.
- Algumas Plataformas Estaduais funcionam bem, mas enfrentam alguns desafios como “um grande universo de Signatárias, mas uma participação mínima”. Necessário uma integração entre as Signatárias e as Plataformas Estaduais. É necessário o fortalecimento da comunicação. Mesmo com tantos recursos oferecidos pela Plataforma, o processo de interação ainda falha, por isso é preciso refletir sobre isso e pensar que também é uma responsabilidade das Signatárias.
- Trabalhar uma comunicação mais clara/objetiva, pois muitas organizações são carentes de informação.
- Falta de recursos técnicos/eletrônicos para acessar algumas informações.
- Informa que o interior de São Paulo é esquecido. O contato deveria ser maior com os municípios. Infelizmente, poucas instituições são cadastradas, pois não há integração entre os municípios e o estado.

3. Quais os critérios para composição das instâncias nacionais, em especial do Comitê Facilitador? O tamanho do CF está adequado? Como deve ser o processo de escolha do CF?

- Foco na instância regional. Há uma diversidade de segmentos e organizações e isso deve ser o ponto de partida. Sugere uma integração entre as organizações.
- O núcleo de coordenação deve ter uma atenção maior aos segmentos que compõem a Plataforma. A variedade de segmentos e organizações é um grande desafio para o CF. Como pensar de forma individual, na especificidade de cada organização/segmento?; de forma simplificada, o ideal seria “mudar a Lei - o Marco Regulatório”, isso é o que nos une; Cada signatária poderia “socializar” um possível problema para que pudesse ser pensada uma solução.

- Os Conselhos Municipais de Assistência Social, deveriam dar um apoio maior às organizações, pois as organizações muitas vezes sem preparo e o suporte adequado ficam órfãos, deveria ter uma equipe de profissionais para dar suporte, na legalização, nos procedimentos burocráticos, contábeis, captação de recursos através de projetos e aqui na nossa cidade temos essa dificuldade.
- A Plataforma é um espaço de interação da sociedade civil e não uma OSC. Há uma necessidade do CF se espalhar nos estados. É preciso fortalecer as Plataformas Estaduais para que elas dialoguem com a Plataforma Nacional. É importante pensar, mesmo que volte ao espaço presencial, aumentar o número de Encontros Nacionais - ainda de forma remota; Encontros temáticos de segmentos;
- Criação de grupos de trabalho; inclusão de ferramentas digitais para facilitar a integração; desafios: faltam recursos digitais para as signatárias, por isso há a dificuldade de acesso e participação.

Apresentação do grupo:

- Apresentação do relatório por Gabriela Macedo.
- **Síntese:** Leitura da ata do grupo. A necessidade de ampliar a conexão entre as instâncias de modo físico e remoto. Funcionamento e enfrentamento dos desafios entre as instâncias regionais. Melhorar e ampliar o acesso do TI e a Plataforma deve estar interagindo com as OSC. Maior interação entre municípios e estado. Critérios de composição: foco nas instâncias regionais como foco de cada movimento, linguagem mais objetiva e mais clara do marco regulatório. Interação mais rápida e mais acessível.

GRUPO 3

Principais apontamentos

Participantes do Grupo 3	
Daniel Rech	Luciana Souza
Marieny Matos	Gerlane Sales
Lourdes Nascimento	Mary Fernandes
Camila Veiga	Lindalva Silva
Patricia Reis	Junior Eduardo Nonato
Raimunda Lima	Aline Viotto
Armando Brogg	

- 1. Que instâncias devem existir na Plataforma para sua organização e funcionamento de formas a ter condições de enfrentar os desafios?**
 - Canal de comunicação para as signatárias em que todas se comuniquem e apresentem suas sugestões e tire dúvidas.
 - Comunicação diária, utilização das redes sociais grupos de rede local com coordenação local e com a plataforma.
- 2. Como devem ser as instâncias estaduais? Elas deveriam estar articuladas entre si? Como? E como deve ser a articulação entre as instâncias estaduais e nacionais?**
 - Em relação ao CF, a diminuição seria para facilitar a participação, pois requer a mobilização para reuniões semanais e quanto mais gente fica mais difícil mobilizar e acordar.
 - Representação com ampliação para as representações estaduais, reforçando a nossa participação pela região Norte Amazonas Manaus.

- Representações regionais, em rede (via edital).
- As instâncias que existem hoje, têm dado conta de dinamizar porém ainda precisa ter a representação territorial, mas se ampliar muito pode não ser o caminho o número de 5 por regiões, com representação estadual.
- Estou sem som para falar, somente escuto. mas concordo sobre a representatividade por região e já destaco aqui o Sul do ES e editais para manutenção da instituição é essencial.

3. Quais os critérios para composição das instâncias nacionais, em especial do Comitê Facilitador? O tamanho do CF está adequado? Como deve ser o processo de escolha do CF?

- Não tiveram tempo de discutir essa questão.

Apresentação do grupo:

- Apresentação do relatório por Lourdes e Daniel.
- **Síntese:** Leitura da ata do grupo. Grupos e redes sociais precisam de mais estratégias de integração. Construção nas instâncias regionais e ter sete pessoas no Comitê Facilitador.

GRUPO 4

Principais apontamentos

Participantes do Grupo 4	
Alvaro Mendes	Claudiano Sobral
Eliana Rolemberg	Mauri Cruz
André Carvalho	Robson Anselmo
Cicera Alencar	Cristiano Becarini
Barbara	Alex Fedesle
Ana Claudia	Patricia Mendes
Antônio Soares	

- 1. Que instâncias devem existir na Plataforma para sua organização e funcionamento de formas a ter condições de enfrentar os desafios?**
 - Ponderações: Qual a Formatação Jurídica que a Plataforma vai adotar? A Formatação Jurídica teria o papel de de articulação política, O modelo atual permite uma maior liberdade as organizações, a formatação jurídica poderia engessar o processo, o que poderia ser feito é a questão da composição, o Formato atual atende, A comunicação entre a participação Federal e Estadual, Se a Plataforma tem objetivo de ser essa ferramenta para captação de recursos é importante o CNPJ, A Plataforma é um espaço de articulação política das organizações, desse ponto vista, não existe vantagem de transformar numa personalidade jurídica.
- 2. Como devem ser as instâncias estaduais? Elas deveriam estar articuladas entre si? Como? E como deve ser a articulação entre as instâncias estaduais e nacionais?**

- Ponderações: As duas Instâncias estão interligadas. É preciso fazer uma distância entre o que é a articulação e o que é a defesa do MROSC, é preciso decidir se a plataforma vai ficar só nessa questão conceitual. As instâncias deveriam ter este formato de um CNPJ Nacional, a estrutura estadual repete a estrutura nacional, respeita a realidade das plataformas de cada Estado, estabelece os processos mais democráticos possíveis. A Estrutura que estão postas para as signatárias deixam a desejar, falta liga, adesão de signatárias que são contra a construção que está sendo feita, rever este critério, criar uma estratégias para organizações que não queiram estar articuladas como signatárias.

3. Quais os critérios para composição das instâncias nacionais, em especial do Comitê Facilitador? O tamanho do CF está adequado? Como deve ser o processo de escolha do CF?

- Que seja formado nacional por instâncias nacional e um número de 07 organizações, interessante que a sede das organizações fossem distribuídas em todo território Nacional;
- Conselho maior, 01 representante de cada Estado.

Apresentação do grupo:

- Apresentação do relatório por Claudiano.
- **Síntese:** Leitura da ata do grupo. Qual a formatação jurídica que a Plataforma adotará? As duas instâncias estão ligadas e precisamos decidir o que ficará com cada instância. A estrutura que está posta deixa a desejar. Qual seria a sede de cada OSC que vai compor o CF? Deve ter a representação de cada estado compondo o Comitê Facilitador.



plataformaosc.org.br



[plataformaosc](https://www.facebook.com/plataformaosc)



[plataformamrosc](https://www.instagram.com/plataformamrosc)



[plataformamrosc](https://twitter.com/plataformamrosc)